

ANÁLISE FENOMENOLÓGICA DA OBRA CINEMATOGRAFICA “BLACK”: A RELAÇÃO PROFESSOR/ALUNO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

PHENOMENOLOGICAL ANALYSIS OF CINEMATOGRAFIC WORK “BLACK”: THE TEACHER/ STUDENT RETIIONSHIP IN INCLUSIVE EDUCATION

Marceléia Pereira do Carmo (SEDUC/MT)¹

Liliane Pereira de Sousa (SEDUC/MT)²

Isac Luiz de Rezende (SEDUC/MT)³

Jorge Nelson de Souza (SEDUC/MT)⁴

Resumo: O presente artigo visa ponderar a propósito de uma efetiva inclusão social da pessoa deficiente (surdo cega) a partir da análise fenomenológica da obra cinematográfica “Black” sob o olhar crítico reflexivo acerca da educação inclusiva, compreendendo a relação professor/aluno como fundamental neste processo. Para tanto, foi utilizada a metodologia de revisão crítica de literatura, tendo como base de dados Scielo, Google Acadêmico, base de teses da USP e da UNICAMP, além das experiências dos autores na rede estadual de ensino de Mato Grosso. Destacando pontos importantes que consideram ao trabalhar com pessoas com deficiência. Apresentamos também aspectos nos quais consideramos importantes para que essa prática educativa aconteça de forma respeitosa e humanizada. Ademais, através deste trabalho, podemos destacar que a educação, o carinho e o apoio da família, dos docentes e discentes nas escolas é a grande chave propulsora para retirar qualquer pessoa do caminho da escuridão. Por mais demorado e difícil que pareça, temos que compreender as nossas limitações e também as das outras pessoas. Só assim conseguiremos buscar outros caminhos na vida a fim de superar qualquer obstáculo. E que, o diálogo é uma ferramenta imprescindível neste processo, pois é através dele que o professor poderá conhecer de fato seus alunos e planejar de acordo com as suas necessidades. Logo, a aprendizagem será significativa para os alunos deficientes quando a relação professor/aluno se der de forma a emancipá-lo, fazendo-o entender o porquê e para quê está aprendendo aquilo, sendo traduzido, portanto, na efetiva inclusão social dessas pessoas.

Palavras-chave: Aprendizagem; Ensino; Inclusão

¹Licenciada em Pedagogia pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), pós graduada em Psicopedagogia Institucional pelas Faculdades Integradas de Várzea Grande, mestranda em Educação pela Universidade Católica de Brasília (UCB) e professora unidocente SEDUC-MT. E-mail: mpc_feliz@hotmail.com.

²Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR), pós Graduada em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade Santo André (FASA), mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT), membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Migração (GEPRAM) e professora unidocente – SEDUC-MT. E-mail: lilianesousavha@gmail.com.

³Licenciado em História pela Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR), Pós graduado em Teoria e Metodologia da História pelo Centro Universitário CESUMAR (UNICESUMAR), mestrando em Ciências da Educação pela Universidade de Saint Alcuin of York Anglican College do Chile, professor de História – SEDUC-MT. E-mail: izakk280@hotmail.com.

⁴Licenciado em Letras/Espanhol pela UNIC Educacional, mestrando em Ciências da Educação pela Universidade de Saint Alcuin of York Anglican College do Chile, Pós graduado em Informática na Educação pelas Faculdades Integradas Candido Rondon (UNIRONDOM) e professor de História – SEDUC-MT. E-mail: Jorge_nelson@hotmail.com.

ABSTRACT: The present article aims to ponder the purpose of an effective social inclusion of the disabled person (blind deaf) from the phenomenological analysis of the cinematographic work “BLACK” under the critical reflexive look about inclusive education, understanding the teacher / student relationship as fundamental in this process. For this purpose, the methodology of critical literature review was used, using the Scielo database, Google Scholar, test base of USP and UNICAMP, in the state education network of Mato Grosso. Highlighting important points that they consider when working with people with disabilities. We also present aspects in which we consider important for this educational practice to happen in a respectful and humanized way. Furthermore, through work, we can highlight that the education, affection and support of the Family, teachers and students in school is the great driving force to remove anyone from the path of darkness. However long and difficult it may seem, we have to understand our limitations and also those of other people. Only then will we be able to seek other paths in life in order to overcome any obstacle. And that, dialogue is an essential tool in this process, as it is thought that the teacher will be able to really know his students and plan according to their needs. Therefore, learning will be meaningful for disabled students when the teacher/ student relationship takes place in a way that emancipates him, making him understand why and for what he is learning that, being translated, therefore, in the effective social inclusion of these people.

Keywords: Learning; Teaching; Inclusion

PRIMEIRAS PALAVRAS

Através do discurso sobre a igualdade de direitos, muito tem-se falado sobre a inclusão de pessoas com deficiência, seja no âmbito escolar, laboral e mesmo na sociedade de um modo geral. De acordo com Camargo (2017), o conceito de inclusão, no entanto, por ter se tornado extremamente amplo acabou por ser mal compreendido pelo senso comum.

Tal má compreensão se deu pelo fato, segundo o autor supracitado, que quando se fala em inclusão pensa-se, somente, no contexto educacional ou, simplesmente, o derrubamento de barreiras arquitetônicas, ou seja, simplifica-se todo um fenômeno a apenas ações isoladas.

Assim, fica fácil observar que as pessoas entendem a inclusão como pequenas coisas que devem ser feitas socialmente para que as pessoas com deficiência possam levar uma vida “o mais normal possível”, desconsiderando suas especificidades.

Com a incompreensão das peculiaridades das pessoas com deficiência, a sociedade acaba acreditando que o pouco que os governantes fazem, que a mera inserção dessas pessoas na escola regular é algo que fará com que se cumpra o papel social de inclusão efetiva. Não poderiam estar mais errados, pois não se conhece a deficiência, e sim o deficiente e, com isso, acabam por desenvolver políticas públicas vazias de inserção social.

A questão familiar também é desconcertante. Mantoan (2003) enfatiza que, muitas

vezes os familiares não estão preparados e não sabem como lidar com as diferenças e acabam “jogando-os ao mundo” ou, então, seguindo o movimento contrário, escondendo-os, seja por medo ou por vergonha e acabam os tratando de modo desumano em muitas situações, deixando-os antissociais.

Quando se une a questão às políticas públicas de inclusão generalistas e que são esparsas, não envolvendo políticas de educação social para que as pessoas – além de professores e profissionais da saúde – conheçam e reconheçam os diversos tipos de deficiência é que se encontra o caos em que se o governo diz incluir, pois baseia-se apenas em dados numéricos de matrículas em escolas, cursos ou empregos, mas não se preocupa na qualidade de aprendizado ou de vida dessas pessoas.

O filme anglo-indiano “Black” traz uma sutil discussão, não sobre a escola em si, mas, de como as linhas pedagógicas são utilizadas na educação de forma a efetivamente educar uma pessoa surdocega, de modo a dar significado ao aprendizado dessa pessoa, possibilitar a efetiva inclusão social e não apenas um conhecimento mecânico. O mesmo apresenta a relação professor/pedagogia, da relação professor/aluno, da relação professor/família e da relação família/aluna, que são aqui compreendidas como os 4 pilares essenciais de relação para uma efetiva inclusão da criança.

Assim, o objetivo do presente artigo é analisar as relações que devem se estabelecer para uma efetiva inclusão social da pessoa com deficiência (surdocega) a partir do filme “Black”. Para isso, a metodologia utilizada foi a revisão crítica de literatura, tendo como base de dados Scielo, Google Acadêmica, base de teses da USP e da UNICAMP e a resenha do filme.

Pesquisas e análises nessa área justificam-se a partir do momento que apresentam à sociedade, as características das pessoas com deficiência e como eles vivem e como devem ser inseridos socialmente. Academicamente, justifica-se ao analisar outros estudos de forma crítica e contribuir com o nosso olhar sobre a temática. Pessoalmente vem de encontro com questões que surgiram durante a graduação e careciam de pesquisas.

Perlin (1998) coloca que muitas pessoas que são surdocegas ou somente surdas acabam sendo tidas como deficientes intelectuais também, porque não são devidamente socializadas e escolarizadas e, assim, permanecem num estado natural de comportamento, como animais. E isso pode ser visto no enredo desenvolvido pelo filme “Black” que será discutido a seguir.

Inclusão e o Processo Pedagógico

O filme “Black”, já mencionado é um longa-metragem indiano, do ano de 2005, dirigido por Sanjay Leela Bhansali. Tem como personagem principal Michelle McNally, criança que ficou surdo-cega após uma doença conhecida como “febre cerebral” com apenas meses de vida. A primeira parte do filme é baseado no livro de Helen Keller, “A história da minha vida” de 2008.

A personagem Michelle foi sempre tratada com certo carinho pelos pais, mas criada de modo animalesco, porque seus pais não sabiam como a tratar e/ou educar uma criança que não escutava nem enxergava. A mãe representava o carinho maternal e a procura incessante por ajudar para que sua filha pudesse ser educada, mas também demonstra a permissividade em relação ao comportamento da filha, mais pelo fato de não saber como lidar do que por desinteresse. No caso do pai, apesar de se apresentar como uma figura de autoridade em que há a cena dele batendo em Michelle, faltando-lhe paciência para com o comportamento da menina, há também o quesito da permissividade em deixar a menina realizar tudo o que quisesse, pois não sabia como, se quer coloca-la sentada em uma mesa de refeições.

Para piorar a situação, acontece algo que complica ainda mais a vida de Michelle: o nascimento de sua irmã mais nova, Sara (Nandana Sen), aumenta ainda mais as dificuldades presentes no relacionamento entre ela e os pais, pois os pais precisavam dar atenção diferenciada às duas meninas uma com deficiência e outra sem, mas sempre tomando o cuidado para que Michelle não machucasse sua irmã. O tratamento entre elas, pelos pais, sempre foi diferenciado, pois Michelle sempre requereu mais atenção o que, mais adiante no filme, pode ser visto pela revolta da irmã Sara por nunca ter tido a atenção que achava ser de direito seu.

Com o intuito de procurar uma maneira para Michelle se desenvolver, seus pais procuram uma escola especialista na educação de crianças cegas e surdas com a esperança de Michelle melhorar sua situação, principalmente comportamental. E é nesse momento que entra na vida da garota uma pessoa importantíssima e fundamental em sua vida: o professor Debraj Sahai, que possui a dura missão de ajudar Michelle, que até então não tinha um contato social presente e ativo com a sociedade no qual ela convivia. O personagem do professor foi baseado em Anne Sullivan, professora de Helen Keller. Ambos – personagem e Anne – foram cegos e, após cirurgia, passaram a enxergar e dedicaram-se à educação de crianças cegas e surdas.

Com a chegada desse professor, há a melhoria do comportamento de Michelle, mas o

mais importante foi que a menina passou a compreender o significado das coisas, dos sentidos e passou a entender como aprender dentro de sua “escuridão”. Por fim, após adulta, Michelle consegue, com ajuda de seu professor ingressar na universidade e se formar – depois de várias reprovações – no curso de artes. Porém, seu professor já idoso, com Alzheimer, some e reaparece muito debilitado e Michele, do mesmo modo como ele o fez com ela, passa a ensiná-lo a reconhecer as coisas a partir do mesmo modo que ele a ensinou quando pequena

O filme foca na relação entre professor e aluna, principalmente, apesar de mostrar alguns relacionamentos familiares entre os personagens. Porém, centra-se na relação entre o professor, tido ali como o mestre, detentor do conhecimento e que questiona até como os próprios pais educam Michelle. Num primeiro momento, observa-se uma figura autoritária no professor, conservadora, mas que foi de extrema necessidade para que a menina conseguisse se concentrar no aprendizado.

De acordo com Nascimento e Costa (2003) a educação dos surdos cegos sempre esteve muito mais próxima da educação de surdos do que de outros tipos de deficiência.

Assim, segundo os autores:

[...] o método gestual desenvolvido na França e o oral na Alemanha sofreram algumas adaptações, entre elas: acrescentou-se, a percepção tátil ou a alteração do espaço de sinalização segundo a condição visual do surdo cego (NASCIMENTO; COSTA, 2003, p. 135).

Esse método pode ser observado no filme todo, mas que só teve significado com a insistência do professor em fazer com que Michelle entendesse o significado das palavras e não somente soletrar, decorar. Assim, ele só entende como sucesso seu trabalho quando a menina entende o significado de “água”, do mesmo modo que Keller (2008) descreve em seu livro com sua professor Anne Sullivan.

Nesse momento, pode-se observar que o conservadorismo e uma linha mais autoritária deu espaço ao cognitivismo e sócio-construtivismo por parte do processo de ensino e aprendizagem da aluna. Foi por um método rígido, até grotesco, mas que fez com que a aluna conseguisse ligar tudo que aprendeu com o significado das coisas e, assim, despertou sua vontade de conhecer cada vez mais.

Com essa abertura ao conhecimento a relação entre professor e aluna se torna ainda mais cúmplice, e a primeira entende definitivamente que o segundo está ali para ajudá-la, apesar de seus métodos peculiares e sua postura autoritária. O professor, por sua vez, apenas

entende que seu sucesso se dará quando a sua aluna tiver sucesso também, ou seja, o trabalho pedagógico somente tem sucesso quando o aluno aprende.

A relação professor/aluno nesse filme representou a efetiva inserção social e educacional de Michelle que passou a reverenciar seu professor como aquele que realmente lhe ensinou a viver, mas a própria aluna dá sentido à vida do professor, em que somente consegue observar seu sucesso no sucesso de sua aluna.

Apontamentos Acerca da Inclusão

A inclusão, de um modo geral, vem sendo muito discutida, principalmente quando se trata no campo da educação. A inclusão do surdo, do cego, da pessoa com deficiências físicas, enfim, sempre se discutiu em atender todo tipo de indivíduo, mas não como atendê-los. Primeiro criou-se instituições próprias: escolas que atendiam apenas o público alvo. Mas, considerados como excludentes e, tal público clamando por serem inseridos na rede de ensino comum, criou-se políticas públicas de inclusão dentro do ambiente escolar regular.

De acordo com Quadros (2003), as políticas nacionais de inclusão escolar tem como base a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), n. 9394/96, que evoca a Declaração de Salamanca de 1994, que tem como objetivo a educação para todos, mas que acabam, na prática, ignorando, as especificidades de cada deficiência. Segundo a autora, os governantes acabam interpretando a palavra “preferencialmente” como “exclusivamente” e deixam de investir em ambientes alternativos para as pessoas com deficiência.

Assim, 'prevê-se o "atendimento" dos "portadores de necessidades especiais" na rede regular de ensino com serviços de apoio especializado, quando necessário' (QUADROS, 2003, p. 83). Este discurso e esta prática não são contestados por parte do governo, no entanto, percebem-se vozes silenciadas de alunos e educadores evocando e/ou denunciando as contradições observadas nas políticas integradonistas/inclusivistas.

Assim, pode-se observar que nem o aluno, nem a escola, nem o professor são considerados na hora de aplicar tais políticas que na teoria são perfeitas, mas na prática acabam tendo fim no mais fácil, literalmente “jogando” os alunos dentro da escola e que aqueles que estão lidando com eles diariamente é que devem dar conta de entender como ensinar.

De acordo com Rodrigues e Quadros (2015) houve um avanço, no entanto, por parte de discussões em entender as diferenças existentes entre as pessoas e as diferentes linguagens que o próprio ser humano desenvolve. No caso específico do surdo, LIBRAS é uma

linguagem que o caracteriza, que o possibilita fazer parte de comunidades e associações, hoje a LIBRAS está sendo melhor reconhecida e está fazendo com que novas políticas mais robustas sejam desenvolvidas e aplicadas para que principalmente a educação dos surdos seja de melhor qualidade e eles não sejam apenas jogados dentro das escolas apenas para cumprir anseios de órgãos internacionais.

As autoras ainda colocam que “é relevante salientar novamente que as diferenças e as formas de enxergá-las ou de concebê-las são construções sociais e históricas” (RODRIGUES; QUADROS, 2015, p. 77), demonstrando que com a evolução da própria sociedade o surdo passou a ter seu espaço conhecido e reconhecido, mas isso foi mais por sua luta do que por concessão social.

No caso específico de pessoas surdocegas a questão ainda é bastante obscura quando se fala em inclusão, seja ela escolar ou social. Isso acontece, segundo Almeida (2015) pelo fato de que a sociedade como um todo precisa para efetivamente incluir, conhecer o indivíduo com surdocegueira e as singularidades de seu desenvolvimento.

De acordo com Almeida (2015), pode-se perceber que durante toda a história das pessoas com deficiência foi marcada pela segregação e exclusão social. Isso se deve ao fato, segundo o autor, de que ter algum tipo de deficiência era significado de necessidade de reconstrução do sujeito a partir dos padrões sociais tidos como normais.

Assim, observou-se que a falta de acessibilidade dos indivíduos com deficiência nos espaços de produção laboral ou de conhecimento acabou por reforçar a realidade extremamente excludente tanto social quanto educacional, pois entendia-se a deficiência a partir do conceito de anormalidade e não da diferença, como coloca Souza (2008).

Acerca disso Camargo (2017) afirma que:

A inclusão é um paradigma que se aplica aos mais variados espaços físicos e simbólicos. Os grupos de pessoas, nos contextos inclusivos, têm suas características idiossincráticas reconhecidas e valorizadas. Por isto, participam efetivamente. Segundo o referido paradigma, identidade, diferença e diversidade representam vantagens sociais que favorecem o surgimento e o estabelecimento de relações de solidariedade e de colaboração. Nos contextos sociais inclusivos, tais grupos não são passivos, respondendo à sua mudança e agindo sobre ela. Assim, em relação dialética com o objeto sócio-cultural, transformam-no e são transformados por ele (CAMARGO, 2017, p.01).

Pode-se afirmar, portanto, que nem o sentido efetivo de inclusão é entendido nem os próprios deficientes o são. Ao querer tratar todos como iguais, esquece-se que todo ser

humano é diferente um do outro e que uma pessoa com deficiência deve ser considerada como diferente, entretanto todos são iguais em direitos. Ou seja, os direitos são os mesmos: de acesso à serviços, educação, trabalho etc., mas considerando-se e priorizando suas peculiaridades nos atendimentos. Ao não entender isso, as políticas de inclusão bem como a própria sociedade de um modo geral incluindo aí a família, acabam por excluir a pessoa com deficiência ao invés de incluí-la.

Assim coloca Masini (2002):

[...] o conhecimento sobre o indivíduo com surdocegueira e as singularidades de seu desenvolvimento tornam-se elementos básicos para que a inserção social, de fato inclusiva, seja constituída de forma efetiva na realidade da educação e da sociabilidade (MASINI, 2002, p. 25).

Observando-se, indivíduos com múltiplas deficiências, a situação agrava, pois aparentemente, segundo Almeida (2015), a sociedade entra em desespero e não sabe lidar com essas pessoas, simplesmente por falta de conhecimento. No caso específico da surdocegueira as pessoas não conseguem entender como tais pessoas que não ouvem e não enxergam poderiam ser educadas – no sentido amplo da palavra, em que se é inserida ao contexto social e não apenas alfabetizada – porque não conhecem as especificidades dessas pessoas.

Observa-se, portanto, segundo colocam Mattos et al (2013), que a relação professor/aluno é de extrema importância para o processo de aprendizagem, seja ele com alunos com deficiência ou não.

Os mesmos autores ainda colocam que:

Os vínculos afetivos entre professoras, professores e estudantes se dão de diferentes formas. A relação que professoras e professores têm com os alunos pode se tornar opressora, a partir do momento em que a fala de crianças e jovens são suprimidas. Ao considerá-los como incapazes de saber o que é melhor para si, agem de forma impositiva, acreditando muitas vezes estarem fazendo o melhor para os estudantes, como se não valesse a pena considerar as suas vontades e opiniões. Quando impõem sua maneira de pensar, acreditando ser a forma mais adequada, muitas vezes, não ajudam os estudantes a organizarem suas próprias ideias, tirando-lhes a capacidade de dizer o que querem. Por outro lado, a relação que professoras e professores estabelecem com os alunos pode promover uma maior abertura para conhecer o que crianças e jovens pensam e gostam de fazer, levando à construção de um diálogo. Diferentemente da tutela, em que o adulto afirma saber aquilo de que a criança precisa, a ética do cuidado pressupõe deixar o outro falar, expressar suas opiniões e desejos. Neste caso, é possível criar uma relação mais horizontal, na quais professoras e professores podem criar suas aulas e tomar as decisões na escola também a partir dos interesses dos

alunos. A relação baseada no cuidado dos mais velhos em relação aos mais novos, portanto, não é antagônica com a ideia de participação de crianças e jovens, e se distingue de uma relação na qual a criança é tutelada pelo adulto (MATTOS et al, 2013, p.376).

Assim, pode-se observar que a relação professor/aluno somente será efetiva no que concerne em formar alunos críticos e reflexivos que realmente conseguem aprender, a partir do momento que o professor considera o aluno como um ser que tem potencialidades e que devem ser desenvolvidas, como no caso do filme em que o professor via potencialidades em Michelle e que precisavam ser desenvolvidas e foi quando ele conseguiu fazer com que tanto ela quanto seus pais enxergassem isso é que o aprendizado efetivo passou a se dar.

Nesse estudo foi visto que a inclusão social – de um modo geral – das pessoas com deficiência não acontece efetivamente, seja ela nos aparelhos sociais, no trabalho ou na educação, pois não se entende a pessoa com deficiência como diferente, querendo fazer com que ela seja igual aos outros.

Deve-se entender, no entanto, que a pessoa com deficiência é diferente e que seus direitos são iguais, mas os direitos e não suas características. A partir do momento que se entende isso é que a inclusão começa a se tornar efetiva. E isso pode ser visto no filme “Black” em que o professor que tem como trabalho ensinar uma aluna (Michelle) surdocega sempre diz aos pais que ela é diferente e precisa ser tratada dessa forma para que possa aprender.

A relação professor/aluno, que é foco do filme, demonstra ser de suma importância para o processo de ensino e aprendizagem do aluno, principalmente aquele que possui algum tipo de deficiência. O aluno precisa entender o significado do conteúdo que está sendo aprendido e, para isso, a relação estabelecida entre quem ensina e quem aprende é fundamental.

Observou-se, no filme, que linhas pedagógicas diferentes foram utilizadas com o objetivo sempre de desenvolver as potencialidades da aluna, indo desde uma mais conservadora e autoritária até uma mais construtivista, considerando o conhecimento já prévio da aluna, demonstrando, portanto, que dentro de contextos específicos, cada linha pedagógica pode ter sua contribuição.

Assim, pode-se concluir, que o processo de ensino e aprendizagem de alunos com deficiência terá seu maior sucesso quando a relação professor/aluno se der de forma a emancipar o aluno, fazendo-o entender o porquê e para quê está aprendendo aquilo, sendo traduzido, portanto, na efetiva inclusão social dessas pessoas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, WG. A educação de surdocegos: novos olhares sobre a diferença. *In*: ALMEIDA, WG., org. **Educação de surdos: formação, estratégias e prática docente** [online]. Ilhéus, BA: Editus, 2015, pp. 163-194.
- CAMARGO, E. **Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlases e desenlaces**. *Ciênc. Educ.*, Bauru, v. 23, n. 1, p. 1-6, 2017.
- KELLER, H. **A história da minha vida**. São Paulo: José Olympio, 2008.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.
- _____, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.
- MASINI, E. F. S. A educação de pessoas com deficiências sensoriais: algumas considerações. *In*: MASINI, E. F. S. **Do sentido... pelos sentidos...para o sentido...** São Paulo: Vetor, 2002.
- MATTOS, A. et al. **O cuidado na relação professor-aluno e sua potencialidade política**. *Estudos de Psicologia*, 18(2), abril-junho/2013, 369-377.
- NASCIMENTO, F.; COSTA, M. A prática educacional com crianças surdocegas. **Temas em Psicologia da SBP—2003**, Vol. 11, no 2, 134– 146.
- PERLIN, G. **Identidades surdas**. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- QUADROS, R. **Situando as diferenças implicadas na educação de surdos: inclusão/exclusão**. *Ponto de Vista, Florianópolis*, n.05, p. 81-111, 2003.
- RODRIGUES, C.; QUADROS, R. Diferenças e linguagens: a visibilidade dos ganhos surdos na atualidade. **Revista Teias**. v. 16, n. 40,72-88, 2015.
- SOUZA, M. **Voando com Gaivotas: um estudo das interações na educação de surdos**. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira). Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Fortaleza: UFC, 2008.